

O LAR EM DISPUTA: a financeirização da vida e a reconfiguração do trabalho reprodutivo

Resenha do livro: Cavallero, Luci; Gago, Verónica. *A casa como Laboratório. Finanças, moradia e trabalho essencial*. Editora Elefante, 2024.

Fabio de Medina da Silva GOMES¹
Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)



Resumo: Esta resenha apresenta o livro *A casa como Laboratório. Finanças, moradia e trabalho essencial*, de autoria de Luci Cavallero e Verónica Gago. Elas explicam como, no

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (2020). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (2015). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). Pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC) e do Grupo de Pesquisa Cidadania, Conflitos e Segurança Pública (CICONSP-UNEMAT). Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – E-mail: fabiodemedina@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7115-8014>.

decorrer da crise sanitária, o ambiente doméstico transcendeu sua função de abrigo contra o vírus, convertendo-se em um campo de experimentação para inovações do capital financeiro e para a reconfiguração das relações laborais e sociais. Historicamente, a luta das mulheres busca romper o isolamento do lar, entendido como um espaço de exploração do trabalho gratuito e de violências de gênero. No entanto, esse esforço colidiu com uma realidade de confinamento aprofundado pelo trabalho remoto, pela invasão das plataformas digitais e bancos virtuais, gerando maior precariedade e endividamento. Contrapondo-se a essa "economia do esgotamento", o feminismo popular latino-americano apresenta caminhos distintos: propõe a retomada da soberania sobre o tempo como condição fundamental para reconstruir a ação política e recuperar a capacidade coletiva de projetar o futuro.

Palavras-chave: Casa. Dívida. Gênero.

Abstract: This review presents the book “A casa como laboratório: Finanzas, moradia e trabalho essencial” (The House as a Laboratory: Finance, Housing, and Essential Work), authored by Luci Cavallero and Verónica Gago. The authors explain how, during the health crisis, the domestic environment transcended its function as a shelter against the virus, becoming a testing ground for financial capital innovations and for the reconfiguration of labor and social relations. Historically, women's struggle has sought to break domestic isolation, understood as a space of unpaid labor exploitation and gender-based violence. However, this effort clashed with a reality of confinement deepened by remote work and the invasion of digital platforms and virtual banks, resulting in increased precarity and indebtedness. Countering this "economy of exhaustion," Latin American popular feminism offers distinct paths, proposing the reclamation of sovereignty over time as a fundamental condition to reconstruct political action and recover the collective capacity to envision the future.

Keywords: House. Debt. Gender.

*

Este livro é apresentado com o título original de *La casa como laboratorio: Finanzas, vivienda y trabajo esencial*, e foi publicado pela Editora Rosa Luxemburgo, localizada na Cidade de Buenos Aires, na Argentina. No Brasil, foi denominado *A casa como laboratório: Finanzas, moradia e trabalho essencial*, publicado pela Editora Elefante, em 2024. As autoras são Luci Cavallero e Verónica Gago, ambas professoras da Universidade de Buenos Aires (UBA), pesquisadoras do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) e militantes de coletivos como o Ni Una Menos. Trata-se de importantes expoentes dos Estudos de Gênero na América Latina. A tradução foi efetivada por Julia Rabahie.

Elas escreveram, também conjuntamente, outro livro em 2020, *Una lectura feminista de la deuda. ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!* Em *A casa como laboratório: Finanzas, moradia e trabalho essencial*, Luci Cavallero e Verónica Gago destacaram que, durante os anos da pandemia de COVID-19, as casas não serviram apenas como um refúgio,

O LAR EM DISPUTA

antes elas eram um laboratório para uma série de tecnologias financeiras inovadoras, bem como outros regimes de trabalho e sociabilidades. Além de uma introdução, de conclusões e do posfácio, o livro se estruturou em seis capítulos.

Na introdução, as autoras regressaram ao cenário da pandemia de COVID-19 para afirmar uma dificuldade em conviver, naquele período, com uma “domesticidade intensificada e cambiante”. Muitas mulheres, por exemplo, passaram a suportar sobrecarga de tarefas domésticas ou serem obrigadas a conviver com seus próprios agressores. O livro ao mesmo tempo em que tensionou essas e outras questões surgidas na pandemia, também significou uma continuidade da pesquisa sobre endividamento público e privado na vida cotidiana de mulheres, lésbicas, travestis e trans. Partindo de uma pesquisa de campo com mulheres da Villa 31 e 31 Bis, favela de Buenos Aires, foi detectado um expressivo aumento de dívidas de aluguéis informais juntamente com aceleração de números de despejos durante a pandemia. Além disso, foi realizada uma aliança entre o movimento feminista e o grupo Inquilinos Agrupados, gerando reflexões simultâneas sobre a dívida doméstica e a moradia de aluguel, ou seja, sobre a sobreposição entre violências machistas e violências cometidas por proprietário contra mulheres, lésbicas, travestis e trans (num processo caracterizado como violência proprietária).

As autoras destacaram, ainda na introdução, quatro dinâmicas importantes que recaíram sobre as casas durante a pandemia: aumento de dívidas domésticas para aquisição de bens básicos, crescimento das dívidas de aluguéis e maior risco de despejo, reorganização e intensificação de jornadas de trabalho reprodutivo, além da invasão das *fintech* nos lares, por meio de bancos digitais, carteiras eletrônicas ou pagamentos móveis. Foram nas casas, espaço tradicionalmente lido como “não produtivo”, que se entrelaçaram formas financeiras inovadoras e a intensificação do trabalho, remunerado e não remunerado.

No primeiro capítulo, “A Dívida no Centro”, as autoras argumentaram que as políticas de austeridade impostas por um endividamento externo recorde na Argentina, o aumento da inflação e perda de poder aquisitivo de diversos benefícios sociais acarretaram a proliferação de novas modalidades de dívidas. Essas dívidas passaram a ser utilizadas como um complemento necessário da renda para aquisição de bens básicos. Cuidou-se de uma realidade que se abateu, particularmente, sobre as mulheres das classes populares. O empobrecimento acelerado gerou ainda mais dívidas para arcar com, por exemplo, faturas de energia elétrica.

Ou seja, a dívida tornou-se forma obrigatória de complemento da renda, essa última em queda acentuada. Houve um avanço das finanças sobre áreas cruciais da reprodução social,

O LAR EM DISPUTA

como alimentação, saúde ou moradia. Para além, toda essa questão do endividar-se para viver intensificaram as hierarquias de gênero, agora associados ao pagamento de dívidas. Uma das dimensões importantes da dívida é sua relação profunda com trabalhos não remunerados, especialmente feminilizados. Ao lado disso tudo, somou-se a dificuldade de participar no mercado de trabalho devido ao aumento das tarefas de cuidado nos lares. Trata-se de uma engrenagem em que mais trabalho não remunerado significa mais dívidas.

Em “O Doméstico em conflito”, o conceito de *housewifization*, ou donadecasificação² foi retomado, para demonstrar que o espaço doméstico foi convertido em uma colônia interna do homem europeu, considerando o trabalho feminino como um recurso disponível e livre na natureza. Houve, portanto, a produção de um exército de trabalhadoras ocultas. As autoras propuseram uma revisão desse conceito, uma vez que houve uma reconfiguração acelerada do ambiente doméstico, com especial atenção para regiões do mundo em que donadecasificação e colonização se sobrepõem e interseccionam.

Já no capítulo denominado “Essencialidade e remuneração: assuntos separados”, o livro regressou a perguntas dos movimentos feministas elaborados antes da pandemia. Questionou-se por que o sistema precisa que esses trabalhos sejam negados e condenados à gratuidade. Além disso, indagou-se quais são os dispositivos políticos que permitem a continuidade dessa realidade. A resposta dessas questões perpassou desestabilizar o cálculo e a medida pautados pela racionalidade do próprio capital. A contabilização da jornada de trabalho, na ótica feminista, deve incluir a cozinha, o quarto, bem como o bairro e os espaços comunitários. Esses últimos desenvolveram um papel importante, dado que, por exemplo, as casas se transformaram em creches e os refeitórios se prologaram até as casas. Nesses espaços foram mulheres, lésbicas, travestis e trans que realizam os trabalhos gratuito, informal e precário. Essa realidade foi agudizada pela própria pandemia. Ao final desse capítulo, as autoras problematizaram a categoria “trabalho essencial”, fundamental para entender as crises durante o período da COVID-19.

Em “A Casa-Fábrica”, regressou-se a uma ideia, dos anos 1970, de que as “casas são as nossas fábricas”. Num período histórico atual, em que a exigência elevada de produtividade se mistura com o espaço doméstico, existiu uma espacialidade produtiva-reprodutiva que funciona

² Segundo Maria Mies (2022), *housewifization* representa um processo envolvendo o confinamento e a privatização do trabalho doméstico dentro do lar, processo esse sempre interpretado como atividade naturalmente feminina e desvalorizado como trabalho. Funcionando como uma estratégia típica do capitalismo no intento de garantir lucro e acumulação de capitais.

ininterruptamente dentro de casa, agravada por um modo especificamente neoliberal em tornar governável o território doméstico sob o marco de uma nova questão social. O capital aproveitou-se dos discursos sobre a crise para hiper explorar o espaço chamado de doméstico, com artifícios como o trabalho remoto.

Na sequência, no capítulo “Endividar a casa”, refletiu-se sobre o período de quarentena como período de maximização da lógica lucrativa de determinados setores da economia. As autoras dedicaram-se a demonstrar como a especulação imobiliária tornou-se um dos maiores exemplos dessa realidade. Elas prosseguiram para afirmar que existe uma retroalimentação entre o aumento do endividamento doméstico e, ao mesmo tempo, elevação dos preços dos aluguéis, devido à desregulação do mercado imobiliário.

Nesse mesmo capítulo, elas construíram importantes dados empíricos sobre a dinâmica do mercado informal de aluguéis na cidade de Buenos Aires por meio de uma pesquisa na Villa 31 e 31 Bis. Nessas localidades, as Assembleias Feministas se tornaram espaços de resistência ao processo de urbanização realizado pelo governo local. Essas regiões se localizam no centro da cidade, entre Recoleta e Puerto Madero, e por inúmeros motivos, são alvos de uma brutal tentativa de conquista financeira do solo e da moradia. A ideia de uma urbanização desse espaço foi relançada em 2015, pelo governo metropolitano, depois de um endividamento milionário da Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com isso, o avanço do capital financeiro ganhava novo impulso.

Diante desse quadro, dois movimentos, o *Ni Una Menos* e a Assembleia Feminista Villa 31 e 31 Bis mapearam a situação da moradia no bairro e desenvolveram a análise de um processo que o livro chamou de “urbanização por dívida”. A violência da dívida tenta criar a desocupação do bairro, por meio de um elaborado sistema de titulação, contando com ordenações de gênero na atribuição da propriedade. Elas explicam que os documentos de posse durante esse processo de urbanização foram entregues a homens ou mulheres que vivem em famílias heterossexuais com filhos. Enquanto isso, as mulheres chefes de família monoparentais foram alocadas no final da fila, ainda que tenham presença majoritária no bairro.

Existe, assim, três tipos de violência nesse processo: machista, habitacional e institucional. Essas violências são evitadas ou minimizadas em alguma escala devido às redes feministas do bairro. Na Argentina, mesmo os protocolos de limpeza e segurança sanitária, na pandemia, foram realizados por esses coletivos. Adiante, as autoras exemplificaram a chamada violência proprietária, por exemplo no caso do mercado informal de aluguéis, terminando em

O LAR EM DISPUTA

dívidas. Essas últimas pretendem confiscar a renda futura dos trabalhadores, seja por meio de salários prometidos para o final da pandemia, benefícios estatais ou mesmo circuitos familiares e informais. Cenário que se tornou muito atrativo para as instituições financeiras que podem comprar a dívida e depois executar judicialmente o devedor, confiscando imóveis. Isso tudo explicou como se consolidou um novo sujeito de lutas, a organização Inquilinos Agrupados. Esse grupo colocou na agenda pública essas problemáticas: dívidas, aumento de aluguéis e despejos. Além disso, deixou evidente que uma parte cada vez maior das rendas das famílias eram direcionadas à moradia, aumentando o lucro do setor imobiliário.

Na última parte do livro, retornou-se a ideia da casa como um laboratório do capitalismo, não como uma realidade imutável, mas como um espaço de batalhas e de resistências, numa disputa em aberto. As autoras relembram que, mesmo com o fim das medidas sanitárias, na casa (com suas especialidades, funcionamentos e dinâmicas) passaram a combinar-se três processos concomitantes.

O primeiro deles foi a intrusão de tecnologia financeira (*fintech*) nos lares. Especialmente no pós-pandemia, as *fintech*, (ou seja, mecanismos, como bancos virtuais e canais de obtenção de crédito e pagamento) surgiram como uma forma privilegiada de contrair novas dívidas. Somou-se a esses elementos, os bancos públicos pelos quais a população teve acesso à mecanismos de subsídios emergenciais e, por fim, o uso indiscriminado de aplicativos de entrega, interligando precarizados espaços domésticos a serviços abastecidos por logísticas muito baratas. Há que se ressaltar que sem o uso indiscriminado de smartphones, isso seria impossível.

Além disso, dessa participação das *fintechs* na transformação da casa as autoras lembraram que outro processo importante foi a intensificação do trabalho doméstico não remunerado nos lares, bairros e em espaços comunitários. E isso se agudizou tanto para atender às exigências da crise sanitária, como para sobreviver à escassez de recursos público. Nesse período, houve aumento do trabalho do cuidado para atender demandas surgidas com a restrição de acesso aos serviços públicos de educação e, concomitantemente, surgiu a impossibilidade de assumir empregos fora de casa.

Por fim, as autoras argumentaram que, ao lado dessas questões, passou a existir um processo de “produção” de novas dívidas. Dívidas criadas por conta do exercício de tarefas não remuneradas, da desvalorização da renda, da saída do mercado de trabalho e do aumento de

O LAR EM DISPUTA

preços, principalmente de alimentos e moradias. A sobrecarga desse trabalho reprodutivo é acompanhada por grande endividamento doméstico.

As conclusões do livro apontaram para a necessidade de dar visibilidade às transformações recentes da reprodução social. Essas passaram pela intensificação do trabalho, se creches são escassas serão substituídas por arranjos de moradoras e das comunidades, majoritariamente sustentados por trabalho não remunerado de mulheres, lésbicas, travestis e trans. Nesse esteio, retornaram ao tema do endividamento do espaço doméstico, da política habitacional e da rotineirização das novas tecnologias financeiras no lar. No Posfácio, denominado de “A Sociedade Emergencial”, publicado dois anos depois, as autoras retomaram temas importantes do livro para assumir uma continuidade de questões chamadas, à época da pandemia, de emergenciais. Afirmando que, na América Latina, o aluguel se transformou em uma conexão direta entre setor financeiro e imobiliário, gerando uma constante insegurança no âmbito reprodutivo. As autoras, por fim, vislumbraram o surgimento de um sindicalismo feminista, na esteira do uso da ferramenta de greve pelos movimentos sindicais a partir de 2017.

Referências

Cavallero, Luci; Gago, Verónica. **A casa como Laboratório**. Finanças, moradia e trabalho essencial. Editora Elefante, 2024.

Cavallero, Luci; Gago, Verónica. **Una lectura feminista de la deuda**: “Vivas, libres y desendeudadas nos queremos”, Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

Mies, Maria. **Patriarcado e Acumulação em Escala Mundial**: mulheres na divisão internacional do trabalho. São Paulo: Ema Livros, 2022.



Esta é uma RESENHA publicada em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.